

## **O caráter de complementaridade do Banco da Terra frente à Reforma Agrária**

Lidiane Camargo<sup>1</sup>

Ademir Antonio Cazella<sup>2</sup>

Eros Marion Mussoi<sup>3</sup>

O programa governamental denominado “Banco da Terra”, criado pela Lei Complementar nº 93 de 4 de fevereiro de 1998 e regulamentado pelo Decreto nº 3.475 (19/05/2000), tem por objetivo financiar a compra de imóveis rurais e obras de infraestrutura básica, como uma possibilidade de agilizar o processo de reforma agrária, reduzir o custo da aquisição de terra, como também de outras etapas do processo.

Segundo o discurso do governo, este novo mecanismo de obtenção da terra apresentaria um caráter complementar frente à reforma agrária, não pretendendo substituir as desapropriações por interesse social.

Este caráter de complementaridade tem sido questionado por vários autores. Entre os argumentos utilizados encontra-se o volume de recursos alocados para o programa. Segundo Vigna<sup>4</sup>, na proposta orçamentária para 2000, o governo orçou inicialmente para o Banco da Terra, recursos da ordem de R\$ 223 milhões. Mais tarde, esses recursos foram elevados para R\$ 360 milhões. No entanto, os gastos com as áreas desapropriadas para fins de assentamentos, deverão cair de R\$ 1,2 bilhão em 1999 para R\$ 300 milhões em 2002. Neste mesmo período, o orçamento para aquisição de terras no âmbito do Banco da Terra deve elevar-se de R\$ 360 milhões para R\$ 720 milhões.

Essas projeções reforçam o argumento de que o Banco da Terra não é apenas um instrumento complementar da reforma agrária, mas o instrumento a ser priorizado pelo governo federal nos próximos anos.

---

<sup>1</sup> Eng<sup>a</sup> Agrônoma, estudante do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Eng. Agrônomo, Professor adjunto do CCA/ UFSC.

<sup>3</sup> Eng. Agrônomo, PhD, Técnico da Epagri-SC e Professor Adjunto da UFSC.

<sup>4</sup> VIGNA, Edécio. Banco da Terra e Reforma Agrária. In: VIGNA, Edécio & TEIXEIRA, Gerson. *Argumento n.01: Banco da Terra*. Brasília: Inesc, 1999.

Este artigo pretende, num primeiro momento, resgatar as principais políticas públicas para obtenção de terras implantadas no Brasil ao longo de sua história. Pretende-se com isso analisar como a intervenção estatal tem contribuído para realização da reforma agrária. Em seguida a proposta do Banco da Terra também será estudada com o propósito de traçar a construção técnico-política do programa, bem como analisar suas implicações no contexto da luta pela terra no Brasil.

Finalmente, serão feitas algumas considerações demonstrando que o Banco da Terra, embora possa equacionar alguns problemas de ordem fundiária, corre o risco de ser priorizado como política governamental em detrimento das desapropriações para fins sociais. Esta situação poderá gerar uma situação de conflito com os movimentos sociais, retardando ainda mais, a efetivação de uma Reforma Agrária no País.